



A EXTENSÃO DO TERRITÓRIO MINERÁRIO EM CIDADES DE PEQUENO PORTE: UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM BARRA LONGA/MG

CARNEIRO, Laura Lanna¹

RESUMO

A influência do setor extrativo mineral sobre as cidades do estado de Minas Gerais avançou consideravelmente nos últimos anos. O desastre-crime do rompimento da barragem de Fundão expande o território dessa influência a partir da instalação da entidade privada Fundação Renova sobre o território atingido. As implicações desse agente ultrapassam questões organizacionais anteriormente praticadas nas cidades, especialmente em cidades de pequeno porte, as quais são maioria na área diretamente atingida pelo rejeito. Desde modo, este artigo, baseado em revisão bibliográfica e trabalho de campo, objetiva refletir sobre os impactos políticos e econômicos que estas cidades vêm enfrentando, como o núcleo urbano da cidade de Barra Longa/MG. Nesse sentido, percebe-se que os impactos referentes ao rompimento, não se expressam somente nos campos socioeconômicos e socioambientais, eles acontecem expressamente no campo do poder, seja ele simbólico ou estrutural. Acrescido a isso, discute-se os movimentos de luta e resistência das pessoas atingidas e de seus aliados na tentativa de romper com as práticas da Fundação Renova. Todas essas questões colocam o desastre-crime como propulsor de um conflito já existente, entre mineração e povos tradicionais, porém, externalizando-o a partir da desterritorialização.

Palavras-chave: Barragem de Fundão; Pequenas cidades; Mineração.

THE EXTENSION OF THE MINING TERRITORY IN SMALL TOWNS: AN ANALYSIS ABOUT THE IMPACTS OF THE RUPTURE OF THE FUNDÃO DAM IN BARRA LONGA/MG

ABSTRACT

The influence of mineral extractive sector over the cities of the state of Minas Gerais has advanced considerably in the last years. The disaster-crime of the rupture of the Fundão dam expands the territory of this influence from the installation of the private entity Renova Foundation over the affected territory. The implications of this agents go beyond organizational issues previously practiced in cities, specially in small towns, which are majority in the directly affected area by the tailings. Thus, this article, based on bibliographic review and field work, aims to reflect on the political and economical impacts which these cities have been facing, as the urban core of Barra Longa/MG. In this sense, it is clear that the impacts related to the rupture, do not express themselves only in the socioeconomic and socioenvironmental fields, they happen expressly in the field of power, be it symbolic or structural. Furthermore, it is discussed the movements of struggle and resistance of people affected and their allies in an attempt to break with the practices of the Renova Foundation. All of these questions put the disaster-crime as a propellant of an already existent conflict, between mining and traditional peoples however, externalizing it through deterritorialization.

Keywords: Fundão Dam, Small towns, Mining.

¹ Mestre em Geografia e Assessora Técnica na Caritas/MG. E-mail: lauralannac@gmail.com. Registro ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8395-4445>.

1. INTRODUÇÃO

Nos padrões do modelo de produção capitalista, o Brasil segue a política econômica desenvolvimentista, valorizando o lucro em detrimento da conservação dos recursos naturais utilizados em seu processo de produção (FERREIRA, 2016, p. 272-274). Neste sentido, o setor extrativo mineral, ao longo dos últimos 20 anos, desenvolveu um poder de influência desproporcional sobre os agentes públicos das cidades e do estado de Minas Gerais (MILANEZ et al, 2019 p.1).

Essa influência acontece, especificadamente, nas cidades minerárias onde a produção do espaço, como também sua organização, estão diretamente relacionadas a exploração do minério. Pois, como reforçado por Jacobs (1969) diferente da cidade política em que os avanços tecnológicos são fundamentais para a consolidação do espaço urbano, essas cidades são pautadas pela articulação entre os que extraem a matéria prima e as populações vizinhas que a demandam (JACOBS 1969 citado por MONTE-MOR, 2011).

Associado a isso, a entidade privada Fundação Renova, criada após o rompimento da barragem de Fundão, expande o território dessa influência para além dos locais onde há exploração mineral. Este fato torna as cidades ainda mais frágeis ao controle e poder do capital hegemônico advindo desse setor, especialmente cidades de pequeno porte, as quais são maioria na área atingida pelo rejeito.

A partir dessa perspectiva e através da experiência participativa, esse artigo busca entender os impactos políticos e econômicos, expressamente no campo do poder, os quais esses municípios, situados ao longo da Bacia do rio Doce, vem enfrentando. Como estudo de caso busca-se entender os impactos na área urbana de Barra Longa/MG.

Fundamentado nessa evidência, o artigo aqui proposto baseado em revisão bibliográfica, análise documental e experiência participativa está estruturado em três seções, além da introdução. A primeira seção aborda as questões relacionadas ao poder da mineração sobre o estado de Minas Gerais, analisando também a influência da Fundação Renova após o desastre-crime sobre o território atingido. No segundo momento reflete-se sobre as implicações desse novo agente em cidades de menor porte, nas quais as escolhas políticas estão diretamente relacionadas às questões da estruturação territorial. Como estudo de caso, o artigo discute os impactos sociais, econômicos e políticos na cidade de Barra Longa/MG, localidade onde o rejeito cobriu parcialmente metade da área urbana, e a única onde a população conviveu e convive diretamente com os rejeitos no território. A terceira e última sessão, aborda os movimentos de luta e resistência junto aos movimentos sociais no contexto da cidade em estudo.

CARNEIRO, L. L. A extensão do território minerário em cidades de pequeno porte: uma análise sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa/MG. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.36-52, 2021.

2. AS MINAS DA MINERAÇÃO

O crescimento econômico do estado de Minas Gerais está intrinsecamente relacionado à exploração do recurso mineral. Esse processo suscitou diversas transformações no modo de organização das cidades, como também, no modo de vida. Leroy (2014, p.26) ressalta que, no Brasil, apesar das diversas reestruturações políticas, econômicas e sociais, a característica de uma economia extremamente dependente da exploração de recursos naturais se manteve até os dias atuais.

Como destacado por Milanez et al (2019, p.2) essas questões estão relacionadas a mecanismos de controle e de poder exercidos pelas corporações sobre o Estado, as quais se baseiam no estruturalismo material, na dimensão ideacional e na dimensão instrumentalista. No estruturalismo material os políticos tenderiam a associar-se as empresas de exploração mineral de maneira a serem beneficiados aos incrementos na economia que elas viessem a gerar. Na receita estadual de Minas Gerais, apenas o valor da arrecadação do imposto CFEM (Compensação Financeira pela Extração Mineral) em 2018, contribuiu com R\$ 175 milhões para os cofres públicos, sendo que desde 65% são destinados aos municípios onde a exploração mineral acontece.

A dimensão ideacional baseia-se na geração de símbolos e narrativas, assim cria-se à ideia de uma “vocação mineral” do estado para justificar a expansão do setor, e por fim, a dimensão instrumentalista. A dimensão instrumentalista, neste sentido, relaciona o financiamento das eleições estaduais com a influência sobre a fragilidade das legislações ambientais ou mesmo o código mineral². De acordo com dados do jornal O TEMPO nas eleições de 2014, mais de 70% dos deputados estaduais eleitos foram financiados pelo setor mineral, como pode ser visto na Figura 1. Assim, a partir dessas práticas o setor mineral exerceu, como ainda exerce, notória influência na economia quanto na política no estado mineiro.

Em cidades de pequeno porte as relações entre sociedade, poder público e a instalação de um empreendimento minerário são ainda mais fortes, uma vez que, essa tríade se interliga e forma uma complexa relação de dependência.

² Em 2018 foi declarado inconstitucional o financiamento de campanha por empresas, porém muitas das decisões recentes no Estado de Minas Gerais sobre a legislação ambiental foram tomadas em períodos anteriores a esta proibição (MILANEZ et al.2019, p.2).

CARNEIRO, L. L. *A extensão do território minerário em cidades de pequeno porte: uma análise sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa/MG. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.36-52, 2021.*

Figura 1 – Manchete do Jornal O TEMPO



Fonte: Jornal O TEMPO por Bruno Mateus

No campo estrutural e político, por comumente não possuírem instrumentos políticos e estruturais formalmente consolidados, como leis ambientais ou códigos urbanos, as cidades pequenas sofrem maior degradação ambiental em decorrência da instalação desses empreendimentos. Muitas vezes, essas mudanças não se limitam a apenas aspectos naturais, mas também, à infraestrutura urbana com a criação de ruas, bairros, degradação de espaços ou mesmo, a expansão urbana da cidade. Guimarães e Milanez (p.222, 2017) citam a exemplo a degradação do bairro Vila Paciência localizado na cidade de Itabira e nas proximidades da mina do Chacrinha:

Com a compra pela Vale, nos anos 1990, houve uma intensificação das operações e expansão da mina em direção à cidade, até uma distância inferior a 50 metros. Com isso, acentuaram-se os problemas sentidos pelos moradores de Vila Paciência. Entre esses, os mais comuns são, além do material particulado, o ruído e a vibração que, de acordo com relatos, levam ao surgimento de rachaduras, ruptura de vidros e danificação dos imóveis. Como consequência, houve uma desvalorização significativa dos imóveis
GUIMARÃES E MILANEZ (p.222, 2017).

CARNEIRO, L. L. A extensão do território minerário em cidades de pequeno porte: uma análise sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa/MG. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.36-52, 2021.

Essa dependência se manifesta também no orçamento administrativo, as contribuições da atividade mineral tornam-se as principais fontes de recurso das prefeituras. Além disso, a receita municipal também se beneficia de diversos imposto³, e como consequência vincula-se aos feitos políticos do prefeito, como construções civis, contratação de pessoal, entre outros.

No campo econômico e social, apesar da visão convencional, destacado por Guimarães e Milanez (p.217, 2017), como aquela que defenderia a extração mineral como um caminho de crescimento econômico e, até mesmo, de desenvolvimento, existem diversas desvantagens, as quais são ainda mais relevantes quando inseridas em cidades pequenas. A dinâmica das empresas dita serviços e atividades específicas que, de certa forma, inibe o desenvolvimento de outras atividades que não estejam relacionados diretamente a mineração. Isso acontece especialmente pela forte concorrência a mão de obra, a oferta de maiores salários e até mesmo a status sociais.

Porém, a complexa relação construída entre as mineradoras e as instituições do estado de Minas Gerais tornou-se midiaticamente instável devido ao desastre socioambiental, um dos maiores da história da mineração no mundo, o rompimento da barragem de rejeito de Fundão pertencente a mineradora Samarco S.A⁴. O rompimento da barragem de Fundão, ocorrido no município de Mariana (MG) em 2015, além de ocasionar a morte de 19 pessoas, provocou imensuráveis impactos sobre a paisagem, a biota e os modos de vida ao longo da bacia do Rio Doce. Segundo estimativas do IBAMA (2015), a área atingida chegou a 1.500 hectares, percorrendo mais de 650 km até a foz do rio Doce, em Linhares, no litoral do Espírito Santo.

O comportamento do rejeito mostrou-se de diferentes formas sobre os rios atingidos, e conseqüentemente sobre a população. Ferreira (2016, p.268) coloca o desastre-crime como responsável pela destruição de territórios e a inviabilidade de diversos modos de viver, refletindo, por exemplo, na destruição dos costumes dos índios Krenak, no desemprego de mais de 11 mil pescadores e dos agricultores e produtores de leite do Alto Rio Doce. A perda da identidade de lugar é outro impacto que se expressa fortemente nas comunidades afetadas. Segundo Lacaz et al (2017, p.6), o desastre provocou um profundo trauma na população, sobretudo na parcela deslocada, deixando-a sob importante pressão psicológica e em condições completamente distintas de sua forma de vida original, consequência da desterritorialização. A mudança na escala de espaço provocado pela relocação de comunidades rurais para áreas urbanas produz conseqüências irrefutáveis, como a perda da relação com a terra e a perda da identidade cultural. Desta forma, a alteração do cotidiano, anteriormente baseado nas relações

³ Imposto sobre Serviços (ISSQN), Valor Adicionado Fiscal (VAF) e uma parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) (ENRÍQUEZ, 2007).

⁴ Uma joint-venture entre a brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton.

CARNEIRO, L. L. A extensão do território minerário em cidades de pequeno porte: uma análise sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa/MG. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.36-52, 2021.

comunitárias, e a insegurança, com relação à continuidade da comunidade, ainda são questões vivenciadas pelos atingidos.

No ano de 2016, para reparar os danos causados após o desastre-crime, foi assinado o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) entre a empresa Samarco, suas acionistas (Vale e BHP Billiton), e o Governo Federal, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, entre outras instituições e entidades. O termo estabeleceu diversas obrigações e diretrizes para as ações na área atingida, como também, previu a criação de uma Fundação, que ficaria, responsável por elaborar e executar as medidas previstas nos programas socioambientais e socioeconômicos, também estipulados no acordo (UNIÃO et al., 2016).

A organização privada denominada Fundação Renova é composta e mantida por membros da Samarco e suas acionistas, sendo responsável por recuperar, mitigar e compensar os impactos causados pelo rompimento de Fundão, como também gerir e coordenar os 42 programas que estão sendo implementados na área atingida da bacia do rio Doce e afluentes.

Ao analisar o (des)equilíbrio de forças na elaboração do termo, apesar de haver a presença das componentes governamental, as entidades privadas mostraram um poder desproporcional para influir nas decisões. Assim, neste primeiro momento e documentado pelo TTAC, é visível o recuo e omissão do Estado sobre o desastre-crime, ao conceder à Fundação Renova o poder de arbitrar sobre quem seriam as pessoas afetadas pelo rompimento, ao definir uma série de restrições e exigências para que as pessoas pudessem ser reconhecidas como atingidas e, conseqüentemente indenizadas. A população para conseguir ser cadastradas, teria que apresentar documentos que comprovassem seus dados pessoais, renda familiar e prejuízos sofridos, exigências complicadas para quem teve sua vida destruída pelo rejeito. Além de indicar que a negociação aconteceria diretamente entre a Fundação Renova e as pessoas atingidas, em esfera individual, sem garantias da mediação de agentes públicos. Acrescido a isso, a Renova ainda foi encarregada de realizar ou contratar estudos referentes a contaminação da água, solo, alimentos, pescado, entre outros.

Para além dessas questões, o TTAC ainda foi amplamente criticado pelo Ministério Público e pela sociedade civil, tendo em vista o fato de que o primeiro, não participou das discussões sobre os termos do acordo, assim como a população atingida, titular dos direitos de reparação em questão, que não foi sequer consultada durante todo esse processo (DORNELAS, et al 2016, p. 380).

Mesmo revogado e revisto nos anos de 2017 e 2018 respectivamente, o TTAC não conseguiu sanar questões cruciais relacionadas aos direitos dos atingidos, assim como sua participação nos processos decisórios. E foi, diante desse contexto, que a Fundação Renova se instalou em todo o território atingido.

3. O CONTEXTO DA FUNDAÇÃO RENOVA EM CIDADES PEQUENAS

As cidades pequenas apresentam uma configuração urbana peculiar, a tranquilidade e o envolvimento dos moradores com a rua, a praça e entre eles, caracterizando relações sociais intrínsecas à produção desse espaço. Gonçalves (2005) aponta questões importantes no tratamento das cidades de pequeno porte,

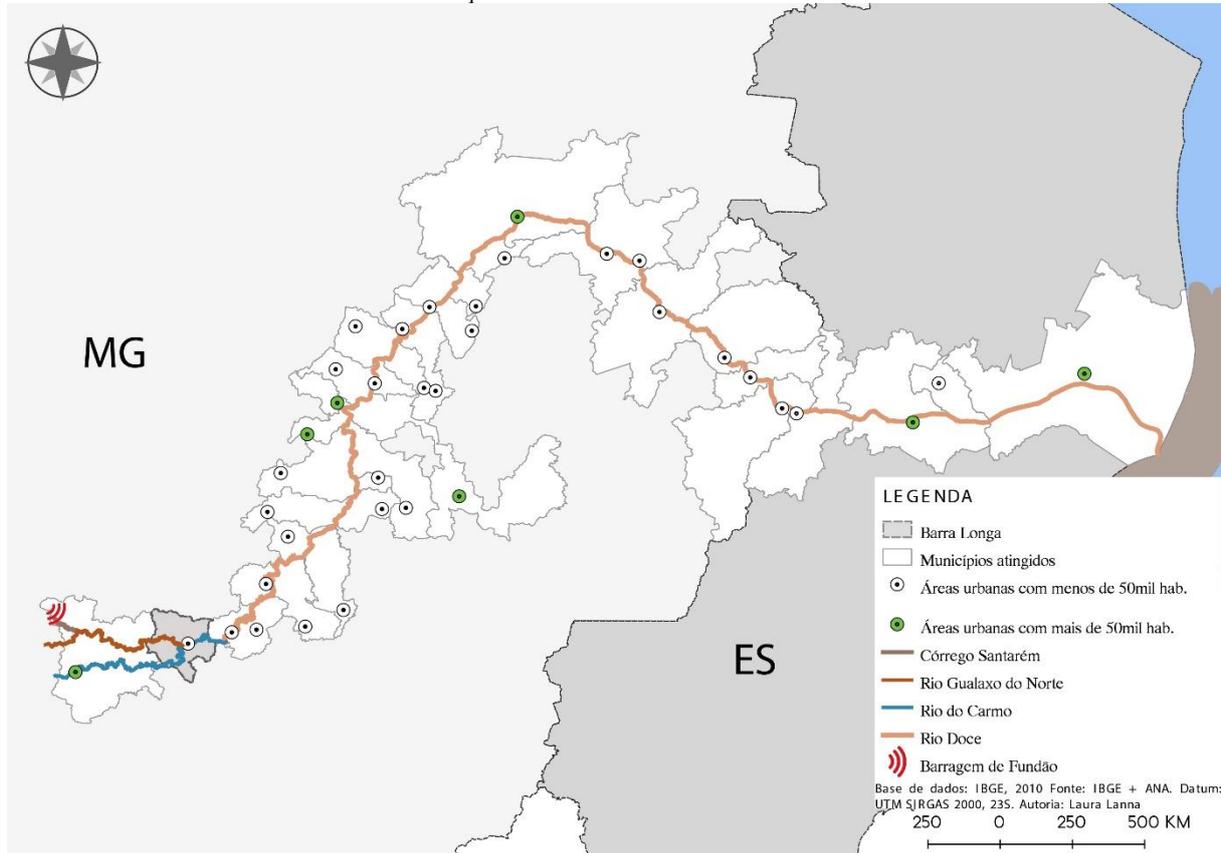
[...] as dimensões espaciais, o número de habitantes, a pouca diversidade de funções urbanas, a dependência de um centro maior, a temporalidade lenta, a relação com a vida rural e a proximidade entre as pessoas são os principais elementos que caracterizam as cidades pequenas (GONÇALVES, 2005 p.20).

Porém a dificuldade na conceituação a respeito dessas cidades, ainda é grande, devido, sobretudo, à diversidade e à proximidade delas com o meio rural, gerando uma relação direta entre o urbano e o rural. Neste sentido, o primeiro aspecto considerado por muitos autores é de caráter quantitativo, ou seja, a relação entre o mínimo e o máximo de habitantes para a cidade ser considerada pequena. Desta forma, baseado em estatísticas internacionais, Santos (1989) e Pereira (2007) acreditam que vinte mil habitantes seria o patamar máximo para classificar uma cidade como pequena. Corrêa (1999) classifica esses “pequenos centros” como aquelas que possuem, no máximo, cinquenta mil habitantes. Por fim, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) as definem como aquelas que possuem até cem mil habitantes.

O rompimento da barragem de Fundão atingiu diretamente 39 municípios - 35 (trinta e cinco) municípios mineiros e 4 (quatro) municípios capixabas - destes, 32 (trinta e dois) (82%) são municípios com população inferior a 50mil hab., e que possuem população urbana inferior a 20mil hab., exceto a cidade de Santana do Paraíso/MG com 25.251mil hab. (IBGE, 2010). Essa característica as enquadra nas definições posteriormente estipuladas, em que o valor quantitativo seria um limiar para defini-las como cidades pequenas. Assim, dentre as pequenas cidades atingidas, vinte e duas (68,75%) possuem população urbana inferior a 8mil hab., e apenas três (9,3%) possuem população rural superior a urbana. A Figura 2 demonstra a classificação da área urbana segundo a quantidade de habitantes:

CARNEIRO, L. L. *A extensão do território minerário em cidades de pequeno porte: uma análise sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa/MG. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.36-52, 2021.*

Figura 2 – Percurso do rejeito com demarcação dos municípios atingidos e cidades classificadas segundo o quantitativo da área urbana



Fonte: CARNEIRO, 2019

Embora não seja possível identificar, devido ao extenso número de cidades, as mudanças concretas com relação a fixação de pessoas, serviços e estabelecimentos em todas as cidades apresentadas é fundamental relacioná-las a instalação de um novo agente social e econômico no território. Lellis e Araújo (2016, p.1199) ressaltam:

O caráter de indução da atividade minerária altera significativamente a realidade de onde o empreendimento é instalado e também das cidades que estão no seu entorno. Por ser uma atividade que serve de base para que outras atividades se desenvolvam, ela acaba gerando polos de desenvolvimento industrial que devem ser “abastecidos” por infraestrutura básica como habitação, comércio, serviços, transportes (LELLIS; ARAÚJO, 2016, p.1199).

Portanto, assim como em cidades onde ocorre a abertura de uma indústria, ou mesmo um empreendimento minerário, a imersão da empresa Samarco e posteriormente da Fundação Renova promoveram a reestruturação desses espaços urbanos.

Para Sposito (2004) a estrutura urbana designa um arranjo dos diferentes usos e das realocações/alocações das atividades econômicas, um produto da dialética entre produção do espaço e

CARNEIRO, L. L. A extensão do território minerário em cidades de pequeno porte: uma análise sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa/MG. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.36-52, 2021.

reprodução social, ou seja, a “forma como está organizado o espaço de uma cidade”. Porém, a reestruturação faz referência a um processo mais profundo, “um conjunto de mudanças que orienta os processos de estruturação urbana das cidades”, (SPOSITO, 2004), uma “ruptura nas tendências seculares e de uma mudança em direção a uma ordem e configuração significativamente diferentes” (SOJA, 1988, p.193). As implicações da chegada de um novo agente sobre uma cidade e sua reestruturação urbana são enormes, em especial se considerado as características de influência e poder deste sobre a economia e a política.

O campo econômico sempre esteve diretamente relacionado ao político, esses laços são ainda mais fortes em cidades de pequeno porte, notadamente influenciando nas eleições municipais, como destacado por Cervi e Speck (2016, p.82) “os recursos financeiros têm um lugar importante na disputa eleitoral, pelo seu efeito direto sobre o desempenho eleitoral, e este efeito direto é relativamente constante nos municípios com até 200 mil eleitores”. Outro fato a ser analisado refere-se à questão da “memória eleitoral”, a qual segundo Cervi e Speck (2016, p.57) nos pequenos municípios o personalismo na relação entre eleitor e classe política tornaria secundárias as siglas partidárias. Desde modo, a atuação do recurso financeiro se apresenta como fator decisivo para a disputa eleitoral, juntamente com a “memória eleitoral” que se tornam favoráveis a quem apresenta maior poder econômico.

Como estudo de caso analisa-se os impactos diretos desse novo agente sobre a cidade de Barra Longa/MG. Oriundo do encontro dos rios do Carmo e Gualaxo do Norte, o nome do município de Barra Longa também é dado ao seu distrito sede (área urbana), local onde acontece este encontro. Localizado na zona da mata mineira, cerca de 174 km da capital Belo Horizonte, a área urbana do município possui uma pequena população, no ano 2000 representava 29,72% da população total do município e em 2010 passou a representar 37,65%, totalizando aproximadamente 2.313 (IBGE, 2010). A característica física do sítio com topografia acidentada em conjunto com os rios e córregos que cortam o vale, foram fatores importantes para a formação morfológica da cidade, como visto na Figura 4.

CARNEIRO, L. L. *A extensão do território minerário em cidades de pequeno porte: uma análise sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa/MG. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.36-52, 2021.*

Figura 4 - Panorama da cidade de Barra Longa



Fonte: Acervo da autora

A localização geográfica, associada às condições precárias da malha rodoviária, há apenas uma via pavimentada que a conecta a MG-262 (principal acesso para a capital Belo Horizonte), dificulta o desenvolvimento econômico. Este fato, somado a poucos investimentos de infraestrutura, faz da cidade de Barra Longa dependente da cidade de Ponte Nova, quanto a oferta de ensino superior, assistência médica e hospitalar, comércio de bens específico, entre outros. A economia da cidade tem forte influência da atividade agropecuária fato que evidencia uma dinâmica ruralista predominante. De acordo com dados disponibilizados pelo SEBRAE, em 2011 26% da economia era proveniente da agropecuária, 10% da indústria e 64% proveniente de serviços. A típica cidade pequena.

A instalação da Fundação Renova provocou o aumento da circulação de pessoas, empresas e serviços. A demanda de alugueis de casas, e a necessidade de locais para hospedagem provocou a elevação dos valores do aluguel juntamente com a construção de um novo hotel. Essa alteração também reflete sobre o valor da terra, os lotes centrais ficaram demasiadamente inflacionados, de acordo com uma entrevista realizada com os moradores da cidade não se consegue alugar uma residência pequena por menos de R\$900,00 reais. Nas ruas, o trânsito de caminhões, máquinas e ônibus tornou-se comuns e

CARNEIRO, L. L. *A extensão do território minerário em cidades de pequeno porte: uma análise sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa/MG. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.36-52, 2021.*

constante, como evidenciado na Figura 5. Todas essas novas interações dificultam a coexistência das atividades cotidianas das pessoas nativas da cidade.

Figura 5 – Movimentação de veículos pesados para remoção do rejeito



Fonte: Agência Brasil (Antônio Cruz, 2015)

Para além, houve incremento de renda, locações de empregos temporários e aumento no valor da taxa sobre a arrecadação fiscal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). O incremento econômico exacerbado, saltando em 2015 de R\$ 88.540,33 para 2016: R\$ 7.699.522,65 e para R\$ 4.937.919,79 em 2017 (SICONFI 2019), movimentou a economia de tal forma que, de acordo com o Portal da Transparência somente as compras efetuadas no mês de novembro de 2017 alcançaram o valor de R\$153.460,31, ultrapassando o saldo total de arrecadação do ISSQN em 2015.

Ainda no mesmo município, a movimentação econômica dos impostos refletiu diretamente nas eleições municipais que ocorreram no ano de 2016. O candidato eleito, com 40,69% dos votos, recebeu apoio do ex-prefeito, ambos filiados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Além do apoio, segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o candidato eleito recebeu a maior quantia em recurso, aproximadamente quinze mil reais (18,6%) a frente do segundo candidato com maior recurso, e obteve o maior valor em doações de pessoas físicas (19,64%), quando comparado aos demais candidatos⁵ (TSE - Eleições Municipais 2016).

⁵ Candidato do Partido da República – PR: Doação de Pessoas Físicas (3.13%), Candidato do Partido Popular Socialista – PPS: Doação de Pessoas Físicas (4.63%).

CARNEIRO, L. L. A extensão do território minerário em cidades de pequeno porte: uma análise sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa/MG. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.36-52, 2021.

Ambas as relações, econômicas e políticas, também são vistas em outros municípios atingidos, especialmente no campo da política em que o candidato a prefeito foi reeleito, a exemplo cita-se os municípios de Rio Doce/MG, Alto Rio Doce/MG, Periquito/MG e Baixo Guandu/ES.

Outro impacto referente à política está relacionado à falta quantitativa de técnicos especializados nos cargos dessas prefeituras, o que dificulta o controle do poder local sobre as atividades geridas pela Fundação Renova. A falta de corpo técnico capacitado é comumente observada em municípios pequenos, como relatado por Lollo e Gebarra (1999) “assim, a ausência, por parte da municipalidade, de um corpo técnico devidamente preparado para elaborar projetos, ou mesmo para avaliar projetos elaborados por empresas contratadas, tem sido a maior dificuldade encontrada, especialmente quando se refere a grandes projetos.” Neste sentido, a prefeitura não tem instrumentos, nem mesmo número quantitativo de técnicos para fiscalizar, contestar e/ou refazer os laudos e serviços realizados por profissionais contratados pela Fundação Renova, o que aumenta o controle e influência da Fundação sobre o território.

Portanto, esse problema já recorrente se amplifica após a instalação da Fundação Renova nesses territórios. Tal conjuntura elucida as influências e consequências da instalação desse novo agente, o qual exerce forte controle em cidades nas quais a política acontece de maneira em que há uma ação direta do candidato com o eleitor.

4. OS MOVIMENTOS CONTRÁRIOS: LUTA E RESISTÊNCIA

Diante de tantos acontecimentos e conflitos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, há a necessidade das pessoas atingidas serem protagonistas nos processos de ressarcimento. Assim, no sentido da luta pelo direito dessas pessoas, há outro agente que se destaca no território de Barra Longa: os movimentos sociais. A mobilização de pessoas externas para o município de Barra Longa após o desastre-crime aconteceu alguns dias após a chegada do rejeito. Eram voluntários, pessoas com doações, pesquisadores, e o representante do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

Os movimentos sociais, representado pelo MAB, buscou promover o protagonismo do atingido, a auto-organização, a formação de uma comissão dos atingidos, a autonomia na luta pelos seus direitos e na conquista da reconstrução da cidade. Além, da mais importante conquista, a contratação de uma Assessoria Técnica para auxiliar dos atingidos frente aos técnicos da Fundação Renova. Sobre a conquista desse processo o MAB aponta:

CARNEIRO, L. L. A extensão do território minerário em cidades de pequeno porte: uma análise sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa/MG. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.36-52, 2021.

Os atingidos pautaram a Samarco por meio da Fundação Renova que pagasse uma equipe independente conforme já estava em discussão em Mariana. As negociações começaram em setembro de 2016, com a realização de assembleias, reuniões de coletivos para formular pré-projetos, escuta de entidades como Cáritas e AEDAS, tudo organizado pela Comissão de Atingidos e Atingidas e acompanhado pelo MPF (MAB, 2018).

As assessorias, no contexto do rompimento, consistem em profissionais que visam auxiliar os atingidos frente aos técnicos da Fundação Renova, identificando, ouvindo e coordenando as demandas da população, e os problemas existentes no território, sempre atuando com a participação ativa da população. No caso específico de Barra Longa a assessoria é prestada pela Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), entidade que conta com treze profissionais de diversas áreas (AEDAS, 2018). Em relato uma atingida comenta:

A assessoria nos deu condições de entender muita coisa que não estava claro para nós, além de ajudar a trazer os atingidos para as reuniões. Antes não tínhamos como mobilizar tanta gente nem reunir em pequenos grupos. Isto está sendo fundamental e agora vamos avançar (MAB, 2018).

Através desse agente a configuração das forças tornam-se menos desproporcionais, a AEDAS procura trazer a Fundação Renova para o território da comunidade, visando restringir o modo como a entidade age sob as escolhas e direitos das pessoas atingidas. Além disso, ela proporcionou discussões sobre temas importantes a partir dos seminários de formação e capacitação, cocriando um maior empoderamento conceitual por parte dos atingidos (AEDAS, 2018).

A forma operacional realizada pela AEDAS partiu da organização do território em Grupos de Base (GB), formados de acordo com a proximidade dos atingidos, por grupos de ruas. Diante disso, foram estabelecidos 20 grupos de base.

Através desse espaço as pessoas atingidas conseguem dialogar e repensar soluções e enfrentamentos de forma coletiva, garantindo também acesso à informações verdadeiras sobre todo o processo. Essa organização territorial proporciona também a construção de um espaço confortável e seguro em que a percepção de um motiva a do outro, despertando assim sentimentos de empatia e possibilidades de analogias de impactos entre as pessoas atingidas.

Além dessa organiza, a AEDAS elencou outras conquistas, como: construção de parâmetros e diretrizes para o reassentamento na comunidade rural de Gesteira, construção de um Plano de Ação de Saúde utilizado como subsídio para contratação de diversos profissionais de saúde, a construção de um Matriz de danos justa para cálculo dos valores indenizatórios, dimensionando os valores em consonância com o parâmetro estadual, e esclarecimento de questões como a análise do ambiente de Barra Longa, que produzirá estudos confiáveis para embasar as decisões e proposições das pessoas atingidas.

CARNEIRO, L. L. A extensão do território minerário em cidades de pequeno porte: uma análise sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa/MG. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.36-52, 2021.

Porém, mesmo contando com profissionais especializados a AEDAS não consegue suprir toda a demanda de trabalho que envolvem o território atingido. Segundo dados disponíveis no site da AEDAS, atualmente a entidade trabalha em 10 grupos rurais e 10 grupos urbanos do município de Barra Longa. São 261 famílias, mais de mil moradores, reunindo-se e trabalhando juntos no dia a dia para a recuperação de suas vidas. Ou seja, demasiadamente desproporcional se comparada a força de trabalho da Fundação Renova, a qual de acordo com Pizarro e Ariadne (2019) contam com 500 empregados diretos e 8.000 prestadores de serviço dispersos em toda a bacia do rio Doce.

A partir dessas discussões foi possível constatar que os impactos referentes ao rompimento, não se expressam somente nos campos socioeconômicos e socioambientais, como dimensionado no TTAC. Eles acontecem expressamente no campo do poder, seja ele simbólico ou estrutural. Neste sentido, o desastre-crime ressalta um conflito pré-existente, entre mineração e povos tradicionais, externalizando-o a partir da desterritorialização. Assim, tem-se um enfraquecimento da gestão local, gerando uma crescente fragmentação territorial e enfraquecimento do poder político e econômico dos agentes locais.

5. REFLEXÕES FINAIS

O setor extrativista mineral sempre exerceu intensa influência no estado de Minas Gerais, seja por seus incrementos na economia, ou mesmo pelas interferências na política estadual, como também nas eleições dos municípios onde acontece a extração do minério. Após o rompimento da barragem de rejeito de Fundão, pertencente a mineradora Samarco, esse território é expandido, principalmente por conta da criação da entidade privada Fundação Renova, que se instalou sobre todo o território atingido da bacia do rio Doce. Este novo agente potencializa o controle do capital hegemônico advindo desse setor, especialmente em cidades de pequeno porte, as quais representam 82% na área diretamente atingida pelo rejeito.

Na cidade de Barra Longa, local em que a área urbana foi parcialmente recoberta pelo rejeito, a instalação da Fundação Renova provocou diversos impactos, os quais podem citar: alteração dos valores de imóveis, do aluguel, da comida, dificultando a sobrevivência dos barra-longuenses dentro do seu próprio território.

Essa realidade abre espaço para outro importante agente sobre o território: o MAB e a assessoria técnica AEDAS. Através desses agentes a configuração das forças tornam-se menos desproporcionais, porém ainda incapaz de combater a hegemonia do capital minério.

CARNEIRO, L. L. *A extensão do território minerário em cidades de pequeno porte: uma análise sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa/MG. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.36-52, 2021.*

Portanto, deve-se atentar aos efeitos que a Fundação Renova exerce sobre essas cidades. Pois, como as mineradoras exercem influência e poder sobre o estado de Minas Gerais, a Fundação Renova também é o provedor dos incrementos da renda, e dos novos serviços o que o faz controlar e dominar o território atingido especialmente sobre as atividades econômicas e, conseqüentes decisões políticas subjacentes.

Desta forma, o novo agente domina o território e negligência as especificidades da sociedade local, podendo resultar em futuros impactos sobre a estruturação e reestruturações espaciais desses territórios.

Nesse sentido, propõe-se a análise dos processos urbanos das cidades atingidas pelo rompimento da barragem de rejeito de Fundão como extensão dos territórios minerários. Igualmente as regiões em que ocorrem a extração do minério, é necessário pensar em políticas públicas ou mesmo modos compensatórios para essa população, assim como para todas as áreas atingidas. As receitas compensatórias devem oferecer a possibilidade de um planejamento a longo prazo, levando em conta a iminente desvinculação das regiões as atividades temporárias produzidas pelo novo agente.

6. REFERÊNCIAS

AEDAS, Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social. **Em Barra Longa, Assessoria Técnica auxilia conquistas para atingidos.** 2018. Disponível em: <https://www.aedasmg.org/post/em-barra-longa-assessoria-t%C3%A9cnica-auxilia-conquistas-para-atingidos>. Acessado em: 25 set. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**, Rio de Janeiro, Ano IV, nº 06, p. 43-53, jan./jun., 1999.

DORNELAS, et al. Ações civis públicas e termos de ajustamento de conduta no caso do desastre ambiental da Samarco: considerações a partir do Observatório de Ações Judiciais. In Milanez, B. & Losekann, C. (Org.). **Desastre no Vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição** (pp. 339-369). Rio de Janeiro: Letra e Imagem. 2016.

ENRÍQUEZ, M. A. R. da S. **Maldição ou Dádiva?** Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira. 2007. Tese de Doutorado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FERREIRA, Simone R.B. Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce. In: MILANEZ, Bruno.; LOSEKANN, Cristiana (Org.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição.** Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. cap. 7.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. **Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar.** 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro De Ciências Humanas, Letras E Artes, Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte. Programa De Pósgraduação Em Geografia, Natal, 2005.

CARNEIRO, L. L. *A extensão do território minerário em cidades de pequeno porte: uma análise sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa/MG. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.36-52, 2021.*

GUIMARÃES, C. L.; MILANEZ, B. **Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira.** *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 41, p. 215-236, agosto 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>. Acessado em: 22 ago. 2020.

JACOBS, Jane. **The Economy of Cities.** New York: 1969. Citado por: MONTE-MÓR, R. DE M. *Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora.* Texto para discussão, n. 164, p. 1–14, 2001b.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas e indústria:** contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP. 2011. 282 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96711>. Acessado em: 22 ago. 2020.

LACAZ F.A.C et al. Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional.** vol.42 SãoPaulo,2017. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S030376572017000100302. Acesso em: 03 out. 2020.

LELLIS, L; ARAÚJO, F. A gestão do território em áreas mineradas: questões sociais, econômicas, históricas e ambientais. O caso da mina Morro da Mina e a Escola Meridional, em Conselheiro Lafaiete, MG. **Nova Economia.** v.26 n.Especial, 2016. p. 1187-1210

LEROY, Jean P. Flexibilização de direitos e justiça ambiental. In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (Orgs.). **Formas de matar, de morrer e de resistir:** limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Parte I, pag.23.

LOLLO J. A, GEBARA D. **Caracterização do meio físico da área de implantação do aterro sanitário de Ilha Solteira.** ABMS Associação brasileira de Mecânica dos solos e Engenharia Geotécnica. Disponível em: <https://www.abms.com.br/links/bibliotecavirtual/regeo99/1999-lollo-gebara.pdf>. Acessado em: 20 ago. 2020.

MATEUS B. Mineradoras bancaram 102 deputados eleitos por Minas Gerais em 2014. **O Tempo 2019;** 31 jan. <https://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/mineradoras-banca-ram-102-deputados-eleitos-por-minas-gerais-em-2014-1.2129410>. Acessado em: 21 set. 2020.

MILANEZ B et al. Da política fraca à política privada: o papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Pública** n°35(5). 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v35n5/1678-4464-csp-35-05-e00051219.pdf>. Acessado em: 25 jun. 2020.

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). **Em novo acordo sobre o crime em Mariana, empresas criminosas seguem mandando.** 2018. Acessado em 17 setembro 2019. Disponível:<http://www.mabnacional.org.br/noticia/em-novo-acordo-sobre-crime-em-mariana-empresas-criminosas-seguem-mandand>

Prefeitura Municipal de Barra Longa. **Departamento de Fazenda.** Listagem dos tributos ano de 2016, 2017 e 2018. Acessado em: 5 set. 2020.

SANTOS, Wilson dos. **Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico:** o exemplo da região de Campinas-SP. Tese (Doutorado em Geografia) FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989, 192 p.

SICONFI Tesouro Nacional - Contas Anuais. **Consulta do ISSQN no município de Barra Longa.** Disponível em:https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf. Acessado em: 9 set. 2020.

Edição Especial RGeomae – SINAPEQ
V Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades - 2020
“A diversidade das pequenas cidades brasileiras”

CARNEIRO, L. L. A extensão do território minerário em cidades de pequeno porte: uma análise sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa/MG. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.36-52, 2021.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324 p. Título original: Post modern Geographies.

SPECK, Bruno W.; CERVI, Emerson U. Dinheiro, Tempo e Memória Eleitoral: Os Mecanismos que Levam ao Voto nas Eleições para Prefeito em 2012. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.59,nº1,2016,pp53 a90. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v59n1/0011-5258-dados-59-1-0053.pdf>. Acessado em: 8 out. 2020.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços** :urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. 508f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PIZARRO, L e ARIADNE, Q. Muita gente e pouca solução. **Reportagem do jornal O tempo**, em 29 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/muita-gente-e-pouca-solucao-1.2187703>. Acessado em: 23 set. 2020.

União, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Agência Nacional de Águas, Departamento Nacional de Produção Mineral, Fundação Nacional do Índio, . . . BHP Billiton Brasil Ltda. **Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta**. Brasília. 2016.